

## Repositório ISCTE-IUL

---

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2026-04-09

Deposited version:

Accepted Version

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Baldi, V. (2025). Poderes e contrapoderes computacionais: Entre a algocracia e o algoativismo. In Ricardo Campos, José Alberto Simões, Juliana de Oliveira Rodrigues (Ed.), *Ativismo, participação e cidadania digital*. (pp. 22-41).: Húmus/CICS.NOVA.

Further information on publisher's website:

<https://novaresearch.unl.pt/en/publications/introdu%C3%A7%C3%A3o-ativismo-participa%C3%A7%C3%A3o-e-cidadania-digital/>

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Baldi, V. (2025). Poderes e contrapoderes computacionais: Entre a algocracia e o algoativismo. In Ricardo Campos, José Alberto Simões, Juliana de Oliveira Rodrigues (Ed.), *Ativismo, participação e cidadania digital*. (pp. 22-41).: Húmus/CICS.NOVA.. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

---

### Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

---

# 1. PODERES E CONTRAPODERES COMPUTACIONAIS: ENTRE A ALGOCRACIA E O ALGOATIVISMO

Vania Baldi

No espaço social são muitos os conflitos mobilizados por relações de forças entre indivíduos ou grupos detentores de capitais simbólicos e materiais diferentes, e possuidores de uma consequente representatividade na esfera pública. A representatividade social das diferentes identidades políticas e culturais remete para a lógica da esfera de influência dentro dos âmbitos discursivos e mediáticos que enquadram, reconhecem e norteiam os interesses e as disputas públicas em jogo (Honneth, 1996). As desigualdades na capacidade e possibilidade de protagonizar um debate e um discurso dependem do grau de legitimidade adquirido para entrar na esfera pública e, portanto, na agenda do que é publicado, discutido e publicamente reconhecível. As repercussões concretas destas dinâmicas sociais efetivam-se nas tomadas de decisões, na definição das regras do jogo dentro de cada espaço social, na determinação e gestão das prioridades, na distribuição dos reconhecimentos sociais e dos relativos prémios reputacionais.

Também através da infraestrutura digital se desenvolvem dinâmicas sociotécnicas que refletem lutas pela visibilidade e conflitos de interesses, similares aos dos contextos *offline*. Na realidade, podemos definitivamente observar a consolidação de uma única e polifônica realidade «*onlife*» (Floridi, 2015), isto é, daquele metacontexto representado pela infoesfera que tudo absorve, regista e categoriza: trata-se de uma nova ontologia computacional, onde se sobrepõem e articulam os vários contextos e desígnios políticos, económicos e culturais que perpassam a nossa vida social. Um novo horizonte de significação e valorização, portanto, que desafia contendas e astúcias ainda mais complexas para a representatividade das diferentes instâncias discursivas e para a sustentação da tomada de decisões (tanto públicas como privadas).

Assistimos assim a uma dialética entre estratégias e táticas, mobilizadas por atores sociais que lutam pela visibilidade e legitimação de interesses sociopolíticos antagónicos, num terreno que é também algorítmico. Tal dialética remete-nos para uma clássica contraposição entre maneiras diferentes de exercer o poder de interferência na esfera pública, conforme a distribuição dos recursos (económicos, institucionais, mediáticos, culturais) disponíveis no seio da organização social. Apesar de tal distribuição de recursos espelhar posições sociais e oportunidades políticas estruturalmente desequilibradas, as

estratégias e as táticas obedecem a lógicas em conflito para a sua constante afirmação e renegociação, sendo as estratégias operacionalizadas em prol de uma reprodução da assimetria dos privilégios, e as táticas de uma sua interrupção e repositição de novos equilíbrios (de Certeau, 1990).

O intuito deste texto é o de apresentar uma panorâmica sobre os processos tecnopolíticos que acompanham estas contraposições reconfiguradas pelos sistemas digitais, ponderando as respectivas perspectivas de influência e afirmação na esfera pública. Entender a morfogênese das identidades e atividades dos atores sociais que ambicionam gerir, manter e aumentar o seu próprio poder e, ao mesmo tempo, aquela dos que tencionam resistir-lhes para tentar recuperar as desvantagens socialmente estruturais e ganhar novos terrenos de protagonismo social (Magalhães & Couldry, 2021).

### **Quem influencia os *influencers*? Uma nova microfísica do poder**

Costumamos associar a legitimidade da autoridade e do poder que esta exerce com a capacidade dos seus representantes de conhecerem as respostas às perguntas que inquietam uma sociedade e com a habilidade das suas instituições em encontrar soluções aos problemas considerados prementes. Na gestão do poder existe uma dialética entre perguntas e respostas, mas o que torna um sistema de poder diferente de outro é a forma da sua articulação. Às diferentes condições socio-históricas correspondem diferentes encadeamentos entre os que colocam as perguntas e os que respondem, assim como a sua ordem sequencial, sendo que há respostas que podem ser dadas sem serem requeridas, ou perguntas que podem ficar suspensas e eludidas: um campo de tensões através do qual se determina a qualidade do consenso. Contudo, como se define o que é questionável e o que é respondível?

Em 1941, Aldous Huxley publicou *Grey eminence (Eminência parda)*, uma biografia romanceada de François Leclerc du Tremblay, um frade conselheiro do Cardeal de Richelieu que, com grande subtileza e diplomacia, influenciava aqueles que poderíamos considerar os *influencers* de outrora. O poder das eminências pardas cresce na sombra, prospera como uma planta trepadeira pela parede do poder oficial sem dar nas vistas, não segue um caminho fixo e muda de protagonistas conforme as alterações dos equilíbrios entre interesses e forças no ecossistema sociopolítico. Questionar a morfologia das novas eminências pardas obriga a equacionar o contexto a partir do qual tal morfologia está atualmente a reconfigurar-se, desafia-nos a perspetivar o enquadramento histórico atual de forma a entender o espectro de intervenção das elites emergentes e a

maneira como os eventos e os comportamentos podem vir a ser influenciados e contestados.

Quando o cristianismo dominava a Europa, a força da eminência parda consistia no negócio religioso através do qual se criava e controlava a fé no aquém e a esperança no além. Na sociedade industrial, consistia na produção e controlo das *coisas*: quem detinha os meios de produção dos bens e serviços influenciava os influenciadores da época. Na sociedade de consumo, a transformação dos bens e serviços em mercadorias (isto é, elementos baseados na inovação pela inovação, que tornam genérico e indiferenciado o valor substancial dos produtos) propicia uma eminência parda baseada no controlo dos meios de produção das *informações* sobre as coisas (já não das coisas em si).

Não é uma novidade que a gestão da informação se relacione com o exercício do poder; no entanto, as eminências pardas tornaram-se informacionais a partir do momento em que os *media* de massa, a linguagem da publicidade, da propaganda e do jornalismo (com os seus vários representantes e intermediários) vieram a condicionar a organização da vida em comum. A emergência do chamado «quarto poder» coincidiu com a gestão da informação num contexto onde os influenciadores dos *influencers* interferem na publicitação (como no *broadcasting*) de conhecimentos que podem não ser requeridos (como na oferta comercial ou noticiosa *top down*).

Na Era Digital, seria um erro pensar que o jogo entre poderes continue a ser baseado na concorrência entre atores sociais aptos na produção de respostas e interpretações sobre a complexidade das transformações sociais. Se assim fosse, não teríamos a crise dos jornais, as editoras ditariam as suas regras à Amazon, e a Wikipedia seria mais influente do que o Facebook. Como assinalado por Luciano Floridi (2020), as eminências pardas contemporâneas são mais relacionais, já não se focam na produção das respostas (há-as em demasia), mas sim na criação de agendas mediáticas capazes de instalarem dúvidas, hesitações e receios, promovendo perguntas *ad hoc*.

Se nos depararmos com mais perguntas do que respostas, ficaremos num clima de incerteza que só quem o propiciou saberá como contrastar, por conhecer já as razões da sua determinação e assim poder orientar as questões sugeridas para um leque de respostas desejáveis. Neste cenário, a opinião pública sobre determinados temas não preexiste, uma vez que são criadas computacionalmente as condições para (in)formá-la dentro de novos registos semânticos. Eis a microfísica do poder dentro da qual as eminências pardas digitais tecem as suas atividades.

A emergência desta mudança ocorre na infoesfera, espaço colonizado pelas técnicas de *marketing* que perspetivam cada indivíduo como uma interface no meio de outras, com os seus vários *scores* e *rankings* associados. A revolução digital mudou a maneira de nos concebermos a nós próprios; culturalmente e socialmente, a nossa vivência no mundo e com os outros reduziu-se a uma lógica de interação funcional. Aquilo que interessa é o que funciona e garante resultados e sucessos *datificáveis*, isto é, traduzíveis e rentabilizáveis através de registos quantificáveis e ao serviço de futuras interfaces.

Todavia, é importante frisar que tais maneiras de agir e perspetivar as interações na dimensão *online* assentam numa ética funcionalista, instrumental e calculista já instalada há décadas na vida social e política do mundo ocidentalizado, com o deslocamento de poder da política para a economia, com os critérios da financeirização a nortear e medir a governação dos bens e serviços públicos, com a obsolescência programada a orientar o *design* da produção pós-industrial, com as práticas de consumo (e endividamento) impulsionadas pelos sistemas de crédito, e com as injustiças sociais encaradas numa perspetiva de darwinismo social que a narrativa embelezada do *homo aeconomicus* transforma em *game* (Baldi, 2024). A revolução digital, de facto, caracteriza-se pela representação lúdica dos produtos e serviços que vende, com o seu *design* amigável, as suas funcionalidades ágeis e *apps* sempre à mão. Uma ludificação da experiência a invadir e alastrar-se pelos contextos de trabalho, informação, estudo e, naturalmente, de lazer. Através deste imaginário de leveza e diversão, aprofunda-se a tendência histórica para interiorizar os princípios éticos da ideologia neoliberal, baseados na lógica cínica da redução do homem a mercadoria, mas apresentados numa moldura de «admirável mundo novo» (Bauman, 1999; Sloterdijk, 2011).

É entristecedor, de facto, verificar como esta redução das relações humanas a interações funcionais e quantificáveis está a alastrar em muitas das esferas da vida social, inclusive nos processos de ensino-aprendizagem, nas profissões intelectuais, no âmbito das escolhas mais privadas, bem como das práxis governamentais, tornando-se aceite como algo natural e *cool*. Recuperando um dos conceitos mais conhecidos de Roland Barthes (1957), o digital tornou tais processos e práticas culturais num «mito».

Para Floridi (2020), uma das questões mais prementes da atualidade é a de os seres humanos se terem tornado interfaces. São questões éticas, políticas, jurídicas e psicológicas as que se refletem na nossa transformação em «interfaces humanas», isto é, espaços de interação entre, por um lado, «agentes» (humanos, artificiais ou uma

articulação entre os dois) que querem algo de nós e, por outro, «algo» — os nossos recursos privados — que tais agentes poderão rentabilizar. Esta redução das pessoas a interfaces humanas advém de muitos contextos, mas o autor aponta estes três como os mais cruciais: no contexto dos *media* sociais, somos interfaces entre as suas plataformas e os nossos dados; no âmbito do comércio, somos interfaces entre as suas mercadorias e o nosso crédito; no mundo da política, somos interfaces entre as suas atuações e a nossa atenção, o nosso consenso e o nosso voto.

As relações entre quem gere as interfaces e quem as utiliza não são simétricas. De facto, do nosso ponto de vista mais imediato, somos nós os agentes que se servem das interfaces das plataformas para alcançarmos objetivos específicos: como (naturalmente) egocêntricos que somos, desconsideramos que na realidade possamos ser o centro de interesses alheios que, através de um *marketing* algorítmicamente afunilado em *targeting* personalizado, são capazes de nos fazer sentir mimados e reconhecidos.

A retórica da desintermediação, com os seus enfoques nos termos *user-centric*, *consumer-centric*, *human-centric*, esconde muitas vezes que as verdadeiras interfaces somos nós. O *marketing* computacional que anima a gestão das interfaces tenciona oferecer às interfaces humanas o que é expectável estas pedirem, como também fazer-lhes, de forma amigável, desejar o que podem oferecer-lhes (Couldry & Mejias, 2019).

Se o que alimenta tais processos é o cenário de incerteza viabilizada pela sistemática afirmação e propagação de perguntas, então o poder das eminências pardas é o de elaborar o *framing effect* das respostas, reencaminhando tais perguntas para respostas astuciosamente e digitalmente satisfatórias. Para responder a tais desafios, Floridi (2020) realça a necessidade de as democracias terem de interferir na lógica operacional do *marketing* e do *design* das interfaces com os instrumentos da política, do direito e do conhecimento digital. Todavia, vale a pena chamar a atenção para uma outra questão, talvez mais essencial: a da necessidade de aprendermos a ser mais exigentes com as perguntas que colocamos e com as respostas que recebemos. Percebermos o que nos interessa saber remete para um princípio de maturidade psicológica e filosófica. Evocando Heidegger, poderíamos afirmar que nem sempre uma pergunta requer uma resposta. Pelo contrário, pode levar ao desdobramento da pergunta, à auscultação reflexiva do seu próprio questionamento. Uma resposta que dispensa uma pergunta aniquila-se a si mesma como resposta, não proporcionando qualquer conhecimento, consolidando apenas o mero opinar.

Neste sentido, poderíamos perguntar-nos se a nossa maneira de utilizar e comunicar através das plataformas digitais promove a auscultação reflexiva das questões que nelas surgem, ou se, pelo contrário, esgotamos e sobrepomos rapidamente os temas sobre os quais interagimos, dispersando freneticamente a nossa atenção (Empoli, 2023). O horizonte epistemológico aberto pela plataformização da sociedade (van Dijck et al., 2018) obriga-nos a confrontarmo-nos com uma cadeia de transformações interligadas, quer com o destino da função heurística dos questionamentos (individuais e coletivos, existenciais e políticos), quer com o destino da esfera pública (tradicionalmente articulada pelas relações instáveis entre mercado, governo, cidadania organizada e *media*). As arquiteturas e as políticas dos serviços digitais em rede parecem querer proporcionar uma redução e uma fragmentação da complexidade sociocultural, um esgotamento da crítica intelectual e uma transformação da *política dos homens* em *administração despolitizada das coisas*, transformações que, ainda por cima, resultam de infraestruturas que misturam o estatuto de empresas privadas com a função de *utilities* públicas (Citton, 2022).

### **Repercussões algorítmicas nos processos democráticos: A *algorracia* como esterilização da política**

Se, por um lado, o *design* e as lógicas de programação (juntamente com o *marketing*) que sustentam as plataformas dos serviços digitais, dos *media* sociais e do comércio reduzem o utilizador a uma interface, ou seja, a um meio constantemente solicitado a interagir ludicamente com ecrãs para se atrelar («fidelizar», diriam os gestores dos vários produtos); por outro, as suas repercussões podem ser ainda mais significativas no contexto da política, por afetarem os processos sociais e governamentais implicados na gestão da vida em comum. No espaço político democrático, caracterizado pela heterogeneidade das identidades e dos interesses em jogo, os dispositivos computacionais associados a sistemas de inteligência artificial (IA), com as retóricas performativas que os acompanham, podem vir a exercer um papel disruptivo.

A esfera política que se reflete na democracia parlamentar, na separação entre poderes legislativo, executivo e judicial, no pluralismo da informação, na economia de mercado e nos organismos de mediação entre atores sociais com interesses e forças distintas, só pode intervir nos mecanismos das infraestruturas tecnológicas que condicionam as nossas práticas sociais se não ficar ela própria colonizada, em primeiro lugar, pela própria lógica que pretende governar. De facto, existem as condições ideológicas e tecnológicas para que se dê início a uma fase de progressiva implementação

algorítmica (encarada como modernização) de diversos processos políticos deliberativos. É importante, então, analisar o cenário sociopolítico que se pode vir a configurar, conforme as potencialidades da IA que se pretende explorar e integrar nos âmbitos da governação política. Ao mesmo tempo, é relevante compreender que tipo de «inteligência» é a IA, bem como escrutinar os desafios éticos e sociais que tal «inteligência» implica. Na realidade, os desafios e as oportunidades que envolvem a política e os governos contemporâneos são inseparáveis da *governance* que é preciso desenhar para a IA, e vice-versa.

A complexidade do mundo atual requer competências tecnológicas aplicáveis também aos vários campos das políticas. Porém, é fundamental que tais competências e tecnologias sejam perspetivadas pelo prisma do interesse público, da representatividade, da explicabilidade e justificabilidade da sua operacionalização. O historiador Yuval Noah Harari (2019), por exemplo, tem destacado como um dos fatores fundamentais da prevalência das democracias face às ditaduras do século passado, o facto de as primeiras conseguirem elaborar de forma descentralizada as informações espalhadas pelos territórios. As ditaduras e os totalitarismos, pelo contrário, caracterizando-se pela vontade de monopolizar e centralizar os canais informativos, não têm conseguido recuperar e integrar as diferentes fontes de informação, o que se tem repercutido negativamente nas consequentes tomadas de decisão. Hoje, todavia, com a infraestrutura tecnológica e computacional existente, tal tendência poderia inverter-se, uma vez que os novos instrumentos digitais permitem uma maior concentração de dados e melhores capacidades algorítmicas para sintetizar e extrair informações diversificadas. As eminências pardas contemporâneas (aquelas que exercem a sua influência por via algorítmica) teriam todo o interesse, neste novo cenário de política digitalmente aumentada ou de tecnologia invisivelmente politizada, em se colocarem no registo da tecnocracia e do obscurantismo computacional.

Também nos estudos de Jürgen Habermas (1992), um processo político é considerado eficiente e proveitoso quando assenta, em primeiro lugar, na leitura correta de uma situação e na descrição adequada dos problemas, na circulação de informações relevantes e fiáveis, bem como na elaboração oportuna (eventualmente, também cientificamente desenvolvida) destas informações. Será que a articulação automatizada entre *big data*, *machine learning* e *deep learning* consolidará a exequibilidade e perspicuidade de tal processo? Os processos decisórios que caracterizam os regimes democráticos, ao incorporarem procedimentos deliberativos baseados em sistemas de IA,

permitirão espelhar as mediações e as ponderações entre as diferentes informações? Viabilizarão a inteligibilidade das razões subjacentes às resoluções tomadas?

O *framing effect* determinado pela personalização das informações à medida de cada cidadão leva as eminências pardas a preocuparem-se não apenas com a nossa atenção (ou distração), mas também com a promoção das decisões a tomar em prol do consenso político. Estamos, portanto, no campo do poder e das relações entre diferentes poderes, onde se trata de lidar com a esfera de influências mais suscetível de influenciar as outras esferas da sociedade. Neste contexto, o que mobiliza os investimentos simbólicos e materiais das eminências pardas assenta nas funções e funcionalidades da tecnocracia, na posse e execução de competências exclusivas que apostam na crença de poder tornar a governação das democracias «neutra» e «otimizada», tecnicamente «estabilizada», isenta de dissensos e conflitos, esvaziadas de *pathos* transformador e reduzida à administração. Uma democracia sem dissenso seria ainda uma democracia? Poderão matematizar-se as instâncias moveáveis das subjetividades políticas?

Neste sentido, podemos recolocar a questão com que iniciámos o raciocínio sobre o papel desempenhado pelas eminências pardas, mas querendo frisar um detalhe anteriormente aludido. Como afirmámos, cada contexto socio-histórico remete-nos para diferentes encadeamentos entre os que colocam as perguntas e os que têm maior legitimidade em responder, assim como para a sua ordem sequencial, havendo respostas que podem ser dadas sem serem requeridas ou perguntas que podem ficar suspensas e eludidas. Se neste campo de tensões se determina a qualidade do consenso social e político, esse consenso incide crucialmente sobre a relevância e a prioridade dos problemas considerados emergentes e aos quais se pretende dar respostas (a determinação da agenda política, interligada com a mediática e discursiva), e sobre as soluções merecedoras de serem escolhidas e postas em ação.

Em democracia, as soluções deveriam resultar de uma negociação e avaliação constante entre prioridades e propostas alternativas, visões e interesses dispares, de controlos recíprocos e monitorações levadas a cabo por instituições independentes. Neste sentido, o processo de mediação que intercorre entre a individuação de um problema relevante e a escolha das medidas para a sua resolução acarreta vários níveis de tomadas de decisão. Porém, mais uma vez, como se define o que é questionável e o que é respondível, num contexto inspirado e regido por sistemas de avaliação assentes cada vez mais em automatismos de *datificação* e *machine-learning algorithms*? A aplicação da IA no campo da democracia e das políticas públicas remete-nos para um cenário de

*algocracia*, cenário esse no qual muitos processos decisórios, baseados na avaliação de realidades e interesses divergentes, podem ser entregues a lógicas obscuras de *input/output* (Vicente, 2023).

É emblemático desta deriva tecnocrática um inquérito realizado pelo Center for the Governance of Change (ie University, 2021), que revela o quão enraizada está no senso comum a descrença nas instituições políticas e a crença nas virtudes da tecnologia. A uma amostra de 2769 cidadãos, oriundos de onze países diferentes espalhados pelos vários continentes, foi perguntado: «É melhor um algoritmo ou uma política gerida por legisladores reais?». Na Europa, refere a investigação, o algoritmo ganhou com 51%, e na China foram mesmo três em cada quatro entrevistados a escolher o algoritmo (ie University, 2021).

Porém, em democracia os processos decisórios baseiam-se na busca do compromisso e do consenso, e estes, para serem reais, devem ser informados. Recorrer a sistemas de IA para gerir os mecanismos de intermediação entre política, instituições e cidadania pode levar a uma «esterilização» dos conflitos subjacentes aos processos decisórios, transferindo-os para uma esfera alheia à mediação política e transformada em *technicality* resguardada das pressões sociais. Vale a pena lembrar, então, o contributo da teoria tradicional sobre as cinco componentes principais que constituem o processo decisório no âmbito das tomadas de decisão públicas (Scholz, 1983): 1) a construção da agenda política, que identifica quais os problemas a priorizar; 2) a enunciação das políticas consideradas aptas a atingir os objetivos estabelecidos pela agenda; 3) o desdobramento do processo decisório em ações articuladas; 4) a implementação dos programas adotados; 5) a supervisão, que avalia se a execução das medidas tomadas cumpre os objetivos previstos. Como pode ser garantida pela IA a articulação e avaliação destas componentes altamente qualitativas (começando pelas noções políticas de equidade ou justiça, bem como as psicossociais de vulnerabilidade ou dignidade)? Sem dúvida, a IA poderá ajudar e corroborar em alguns aspetos de análise e inferência estatística, mas não substituir a dimensão dialética, processual e polifónica da concorrência e conflitualidade entre os capitais políticos dos eleitos, dos peritos, das ideologias e dos interesses particulares.

A dialética entre perguntas e respostas revela-se assim de extrema pertinência, uma vez que o desenvolvimento da tecnologia digital, com a sua força de cálculo desmesurada e automatizada, pode levar a desconsiderar os *porquês* das perguntas e as *razões* das respostas, bem como as interrogações acerca de *quem* as levanta e expressa,

do *como*, *quando* e *onde* aparecem. A retórica associada aos sistemas de IA, de facto, enaltece (como a maioria das retóricas ligadas às inovações tecnológicas das últimas décadas) as suas funções como milagrosas, mas sem serem facilmente inteligíveis, explicáveis e justificáveis em prol de um fim socialmente reconhecido e partilhado.

Neste sentido, é louvável a síntese que a Royal Society redigiu sobre as características que a IA deveria cumprir para responder a requisitos sociais de responsabilidade (*accountability*). Segundo essas recomendações, um sistema de IA deve ser:

interpretável, permitindo algum sentido de compreensão de como a tecnologia funciona; explicável, permitindo que um maior número de utilizadores possa compreender porquê ou como foi alcançada uma conclusão; transparente, implicando algum nível de acessibilidade aos dados ou algoritmo; justificável, garantindo que haja uma explicação sobre um determinado resultado; ou contestável, implicando que os utilizadores tenham a informação de que necessitam para argumentar contra uma decisão ou classificação (The Royal Society, 2019, p. 8).<sup>1</sup>

Enfim, para termos uma visão ainda mais abrangente sobre os desafios éticos e políticos também trazidos pela IA, seria necessário compreendermos qual é a inteligência específica da IA e quais as características da sua maneira de atuar. Aqui interessa apenas frisar como os seus sistemas automatizados não devem criar ilusões sobre a sua autonomia, não devem ser confundidos com capacidades de autogestão, nem podem servir de álibi para desresponsabilizar as políticas hegemónicas que podem sustentar. A sua aparente imaterialidade e ludificação não nos deve distrair dos enormes danos ambientais e políticos que podem ser causados, assim como da necessidade de a escrutinar e, como referido, de a poder contestar (Crawford, 2021).

### **Lutas de resistência algorítmica**

Neste sentido, somos nós, como sociedade, que temos a responsabilidade de perceber como descontinuar a atitude de fé cega na inovação pela inovação, como exigir transparência e justificações por parte dos organismos tecnocráticos e desativar a inércia

---

<sup>1</sup> Todas as transcrições de fontes originalmente em língua estrangeira foram traduzidas pelo autor.

face à plataformização das relações de poder, desafiando a realização de um paradigma político e sociotécnico alternativo (Heemsbergen et al., 2022).

Em resposta a uma tecnologização da existência privada e pública transfigurada em derivas *datacráticas*, *tecnocráticas* e *algocráticas*, têm vindo a emergir movimentos e práticas de «resistência algorítmica». Através de organizações mais ou menos formais ou de ações cívicas pontuais, têm surgido iniciativas designadas por «data-ativismo», «info-ativismo» ou «algo-ativismo», com desígnios políticos de combate às técnicas e aos instrumentos digitais ao serviço da reprodução de específicas microfísicas de poder. Sabotando, manipulando ou readaptando parte das funcionalidades dos sistemas computacionais arquitetados (num sentido *top-down*) pelas plataformas comerciais ou por entidades públicas, o intuito de tais iniciativas é o de desviar ou interferir nos processos sociotécnicos de categorização e diferenciação políticas que subjazem ao exercício da cidadania e às políticas de distribuição/discriminação das visibilidades e dos reconhecimentos sociais.

As competências *infocomunicacionais* dos ativistas digitais permitem utilizar os algoritmos que dinamizam o funcionamento das várias plataformas *mainstream* em prol de determinados objetivos, demonstrando saber aproveitar-se dos propósitos *datívoros* e comerciais daquelas para finalidades alternativas. Assim como o poder dos dados depende das formas como estes são agregados e interpretados, o poder dos algoritmos é originado pelas escolhas de quem os projeta e aplica. Tanto os dados como os algoritmos respondem a certas necessidades e desejos, mas em circunstâncias particulares podem ser reapropriados pelos utilizadores para atingirem objetivos diferentes daqueles que lhes foram originariamente atribuídos. Tais experiências imunizam contra uma visão monolítica acerca do poder infraestrutural das plataformas. Zuboff (2019), por exemplo, afirma que a recolha de dados e a utilização de algoritmos de previsão pelas empresas da indústria tecnológica representam um meio de modificação do comportamento humano, capaz de torná-lo não só completamente previsível e controlável, mas também automatizado através de uma «ordem digital que prospera dentro das coisas e dos corpos, transformando a vontade em reforço e a ação em resposta condicionada» (Zuboff, 2019, p. 378). Contudo, um enfoque excessivo no poder crescente das plataformas arrisca-se a menosprezar ou ignorar os estudos focados na potencialidade das práticas de resistência algorítmica. O ativismo algorítmico tenciona traduzir-se numa luta política, tornando os algoritmos um novo terreno de contenda para os movimentos sociais (Maly, 2018, 2019).

Entramos assim num cenário analítico e empírico onde intervêm pelo menos três agentes ou atores sociotécnicos: a causalidade fisiológica, a tecnológica e, desafiada por esta última, algo de parecido ao que o antropólogo Alfred Gell chamou de «uma agência de segunda ordem que os artefactos adquirem no seio de uma determinada estrutura de relações sociais» (Gell, 1998, p. 17). Neste sentido, existem táticas de resistência às maiores plataformas digitais que se tornaram as infraestruturas da nossa vida quotidiana. Estas táticas adquirem muitas vezes características de «guerrilha» digital, isto é, de técnicas de interferência e de sabotagem do funcionamento de tais plataformas, assim como de atividades digitalmente organizadas para denunciar os sistemas computacionais que subjazem a processos exclusivos e discriminatórios de reorganização do social.

Alguns tipos de resistência algorítmica podem ser de fácil execução, por exemplo, quando ao fazer *login* em [www.facebook.com/?sk=h\\_chr](http://www.facebook.com/?sk=h_chr) se pretende forçar a *timeline* da plataforma a exibir os *posts* de modo cronológico através do comando *h\_chr*, assim evitando que o Meta utilize o seu próprio algoritmo de maximização da atenção priorizando conteúdos emocionalmente divisivos (Heemsbergen et al, 2022, p. 4). Outros exemplos populares de combate ao poder estrutural das plataformas que requerem dos utilizadores competências de cariz informático, tornando a própria atividade uma espécie de guerrilha digital em sentido lato. Um desses é [Zoomescaper.com](http://Zoomescaper.com), um website que, em prol de uma crítica ao modelo de trabalho remoto (o *work from home*) e ao monopólio da plataforma Zoom como suporte deste tipo de organização laboral, disponibiliza instrumentos de distúrbio acústico. Os utilizadores que visitam o [zoomescaper.com](http://zoomescaper.com) podem utilizar aplicações de áudio ruidoso para as inserir durante reuniões Zoom. De maneira simples, o *site* disponibiliza um conjunto de opções que os utilizadores podem modificar para poderem meter no meio das conversas sons de obras, crianças a chorar, cães a ladrar, ambulâncias com sirenes ligadas, etc. O serviço é apresentado pelos seus criadores como uma técnica para «auto-sabotar o seu fluxo áudio, tornando a sua presença insuportável para os outros» (Lavigne, 2021). Tais inserções de áudio visam criar dissenso face a uma nova estrutura laboral alicerçada em plataformas como a do Zoom, desafinado um novo ludismo digitalmente apetrechado (Mueller, 2021). Práticas como esta, focadas na interferência computacional nas grandes plataformas, pretendem propagar técnicas para «importunar» taticamente dinâmicas de poder estruturadas em torno de sistemas computacionais específicos.

Outros estudiosos, que trabalham na intersecção entre os movimentos sociais e os estudos mediáticos, abordaram as maneiras de os ativistas e os algoritmos se enredarem

mutuamente nos contextos de protestos. Galis e Neumayer (2016), no seu estudo sobre os protestos digitais na Grécia e na Suécia, introduziram o conceito anfíbio de «desvio cibermaterial» (*cyber-material detournement*), para destacarem a necessidade de agir entre *habitats* alheios e conjugar alianças entre ativistas e atores não humanos (como os agentes algorítmicos). Ainda outros autores, que trabalham na intersecção entre resistência e estudos de dados, tentam retraduzir no contexto digital as reflexões sobre a noção de tática em Michel de Certeau. Velkova e Kaun (2021), por exemplo, analisam a maneira de os utilizadores perspetivarem um uso diferente dos algoritmos em práticas quotidianas de resistência às obrigações de identificação definidas por *apps* e *software*. Em paralelo, Gangneux (2020) refere-se a «agências táticas» para descrever as formas como os jovens se engajam e se desengajam com o WhatsApp e o Facebook Messenger. Kant (2020) denomina «táticos algorítmicos» os utilizadores envolvidos em «manobras dentro, contra e através de antecipação algorítmica» (Kant, 2020, p. 215).

Os movimentos sociais estão empenhados no ativismo algorítmico, também para chamarem a atenção dos principais meios de comunicação social e aumentarem a sua visibilidade nas plataformas. A visibilidade algorítmica é um tipo de poder (Bucher, 2018) que seleciona quem e qual o conteúdo que pode ou não ser visto. Em cenários determinados algoritmicamente, os ativistas são empurrados ainda mais para jogarem o jogo da visibilidade (Cotter, 2019). A par da visibilidade as táticas algorítmicas servem para exercer e alimentar a sua «agência narrativa» (Yang, 2016), ou seja, a capacidade de contarem as suas histórias e enquadrarem eventos e experiências nos seus próprios termos. Nesta mesma perspetiva, Zeynep Tufekci (2017) sublinhou como os movimentos mais fortes são aqueles capazes de desenvolver uma «capacidade narrativa» audível e visível, entendida como a capacidade de atrair o público, introduzindo novas questões ou enquadramentos no debate político.

Noutros casos, os «algoritmos táticos» utilizados nos *media* sociais potenciam as características de automatização computacional para fins políticos mais disruptivos, onde, mais do que descentralizar as redes de solidariedade para práticas pontuais de resistência, se pretende transformar em «código» uma luta democrática (Crawford, 2016). Estas reconfigurações contestam as condições sociotécnicas atuais, definidas em parte através de estruturas de capitalismo de vigilância (Zuboff, 2019) e regimes tecno-sociais opressivos (Noble, 2018), tendo como alvo crítico e político as suas estruturas computacionais disfarçadas como tecnologias meramente funcionais e impessoais. Como tal, o antagonismo algorítmico implica resistência não só através do algoritmo em si, mas

como um modo «compósito de relações humano–algoritmo» (Amoore, 2020), a contextualizar dentro de específicas condições sociais, económicas e políticas de criação e utilização (Dourish, 2016; Seaver, 2017).

Através desta perspetiva, aproximamo-nos de uma teoria política mais abrangente, que já não concebe o digital como alavanca e instrumento para travar lutas político-sociais, mas como terreno em si mesmo expressivo de uma rentabilização e uma operacionalização dos novos poderes. O antagonismo algorítmico deve reconhecer as muitas microfísicas do poder computacionais presentes no espaço digital, questionando, por exemplo, a génese sociomatemática dos algoritmos, o processo de constituição dos dados, os problemas que resolvem, mas também verificando os danos que podem causar à medida que são institucionalizadas práticas automatizadas de operacionalizar conhecimentos e decisões (Azar et al., 2021). Como tal, a luta algorítmica não resulta apenas em uma preocupação pela injustiça embutida no código, mas também pela forma como os algoritmos emergem e operam na sociedade de forma mais ampla e estrutural. Poderão tais políticas e táticas digitais facultar uma rutura de tais estruturas? Poderá o *dataísmo* crítico proporcionar um rumo alternativo para a criação de novas plataformas e infraestruturas, desenhando algoritmos eficazes para agir e interferir de modo transparente e democrático na vida quotidiana, social e política?

Voltando a um nível mais tático, os *designers* politicamente empenhados têm concebido maneiras de trabalhar o *design* dos artefactos digitais para que «funcionem em prol do reconhecimento imediato de questões e relações políticas, para que viabilizem o dissenso e permitam alegações nas contestações» (Di Salvo, 2012, p. 12). Este *design* contestatário funciona como repertório tático de agitação política imune ao conformismo das práticas comunicacionais *online*. Trata-se, portanto, de um auxílio criativo e tecnológico ao exercício do agonismo democrático, capaz de dar a conhecer o processo produtivo da luta, afastando-nos de ideais e universais fixos.

A natureza tática da luta algorítmica assim desenhada pode vir a suportar a teoria política idealizada por Chantal Mouffe (2005), isto é, um agonismo democrático que não pretende alcançar um controlo estável sobre os conflitos, mas que torna possível a contestabilidade da própria posição política. Uma abertura à dialética constante, então, que criaria adversários e não inimigos, em prol de uma luta contínua por uma ideia diferente de justiça social. Nesta perspetiva, o *ethos* democrático do ativismo algorítmico assentaria numa disputa política que visa tornar visíveis aquelas estruturas tecnológicas

que fazem parte do agonismo, mas que podem passar despercebidas por serem parte ativa da *mediamorfose* que envolve as relações entre humanos e algoritmos.

### **A invenção do cotidiano**

Se a noção de tática resulta como um dos alicerces teóricos e inspiradores das experiências de resistência algorítmica, então pode ser vantajoso terminar refletindo sobre a heurística de tal recurso, razão pela qual é necessário considerá-lo através da sua relação dialética com o outro polo conceptual que determina o seu enquadramento: o da estratégia. Em *L'invention du quotidien*, Michel de Certeau (1990) distinguiu as ações políticas e as práticas culturais conforme a distribuição dos recursos de poder (conceito muito próximo ao dos «capitais» bourdieusianos) entre os demais atores e grupos sociais. Tais ações e práticas, segundo o autor, costumam ser concebidas e operacionalizadas com base nas posições que se ocupam no espaço social e os interesses político-culturais que se perseguem, sendo assim divididas entre estratégias e táticas. As primeiras seriam aquelas implementadas por instituições governamentais, autoridades políticas e empresas, que prosseguem objetivos coerentes com o reforço e a reprodução de uma determinada distribuição de privilégios e oportunidades sociais. As segundas seriam lideradas por uma classe heterogênea de indivíduos que, embora movendo-se dentro de espaços e coordenadas predeterminadas pelas estratégias, seguiriam necessidades e propensões alternativas e irreduzíveis às pautas estabelecidas pelas primeiras.

As estratégias organizam e predis põem as regras do jogo, podendo basear os seus objetivos e as suas ações em programas de médio e longo prazo. As táticas, por outro lado, reagem e tentam negociar essas regras do jogo, camuflando as próprias ações dentro das expectativas sociais orientadas pelas estratégias, fintoando os interesses dominantes e furtando condições mais favoráveis em tempos rápidos e lugares intersticiais, isto é, em contextos pontuais de reajustamento local e contingentes da vida quotidiana.

Ao comparar as matrizes e as gramáticas destes comportamentos, de Certeau quis enfatizar a criatividade de muitas *arts de faire* quotidianas, práticas individuais e coletivas de resistência às diretrizes dominantes ditadas pelos interesses hegemônicos, num horizonte de sentido que, todavia, não deixa de ser colonizado pelas relações de força e pelas retóricas exercidas por quem detém a gestão dos eixos da valorização social (nos campos económico, tecnológico, educacional, mediático, político, etc.). Táticas e estratégias que não chegam a inverter as relações de poder e nem sequer a desenhar alternativas estruturais, mas apenas a criar ilhas temporariamente autónomas de

contracultura, semeando, contudo, para os pares próximos e longínquos, testemunhos de indocilidade e criatividade social.

Quarenta anos após a publicação de *L'invention du quotidien*, podemos considerar cada vez menos nítida a distinção entre estratégias e táticas. Não ao nível da distribuição e hierarquização do poder, mas da fenomenologia do seu exercício. Assistimos, de facto, a uma semelhança entre o exercício das duas práticas, uma vez que as modalidades contrastivas das táticas, com as suas instantaneidades e adaptabilidades, se aparentam cada vez mais com as atuações das estratégias hegemónicas. Através do prisma político e mediático baseado no constante «estado de crise» e «de emergência», as dinâmicas de poder que orientam as estratégias adquiriram as características rizomáticas das táticas; ou pelo menos, é esta a impressão que se retira ao tentar vislumbrar a racionalidade das governamentalidades contemporâneas. Como referimos anteriormente no caso das eminências pardas, desestabilizar com uma multiplicidade de inquietações e interrogações é uma estratégia que pretende minar a segurança ontológica de uma sociedade. Se, por um lado, assistimos a uma comunicação política focada na persistente transmissão de ansiedades pelas mais diversas adversidades sociais representadas como ameaças incumbentes; por outro, deparamo-nos com uma administração do poder político e económico encurralada por interesses percecionados como transcendentais e ininteligíveis face ao senso prático comum (Virno, 2001). Determina-se uma incerteza sociopolítica permanente, onde as técnicas de exercício da hegemonia se tornam menos previsíveis, oscilando entre urgências e tentativas de responder-lhes numa lógica de pretexto *just in time*.

Os parâmetros que definem os perímetros de intervenção, quer do lado dos que possuem a prerrogativa de capitais simbólicos e materiais mais rentáveis, quer dos que tencionam resistir e combater os desequilíbrios de poder, ficam, portanto, movediços e instáveis, dificultando a elaboração de táticas coordenadas e duradouras. Também no contexto das plataformas digitais que norteiam a vida e os critérios de sociabilidade, criatividade, consumo e valorização dos demais capitais, nos deparamos com uma mudança constante das regras e dos códigos que dinamizam as suas funcionalidades e políticas de gestão (Poell et al., 2021).

Neste sentido, o info-ativismo fica numa dupla condição de minoridade face aos administradores e criadores dos poderes algorítmicos das plataformas de uso comum. As táticas não só ficam presas numa dinâmica de reação à persistência de estruturas de poder

difíceis de questionar, como perdem também a possibilidade de cultivar e articular competências tecnológicas de resistência para serem mobilizadas no médio e longo prazo.

Esta discrepância remete-nos para um problema geral de teoria política. As lutas contra-hegemónicas deveriam consistir num desígnio político organizado que ambicione mudanças estruturais ou a criação de estruturas alternativas (económicas, tecnológicas, institucionais, ambientais, educacionais, políticas etc.), alargando o leque dos instrumentos e recursos fundamentais para aumentar o consenso social sobre as necessidades e vontades de cumprir tais transformações. Todavia, na economia das lutas contra-hegemónicas contemporâneas prevalece uma atitude quase resignada a defender microinstâncias, fragmentos de vida privada, dimensões informais da vida quotidiana, questões identitárias não integradas num horizonte de práticas politicamente mais abrangente. A ambição de um resgate sociopolítico passa também pela reivindicação ou pela construção de infraestruturas comunicativas alternativas, com regras de programação diferentes e uma diversa economia política de referência para a sua sustentação. Se as táticas apostarem numa recuperação das condições de autonomia, então devem apostar, também, num contexto organizacional e cultural baseado na infodiversidade. Um *outro mundo* poderá ser possível na medida em que, também, uma *outra Internet* poderá sê-lo.

As quotidianas *arts de faire*, num contexto plataformizado de reapropriação cultural e resistência cívica, desempenham sem dúvida uma função de sobrevivência e vitalidade democrática, mas não chegam a ser politicamente relevantes se ficarem numa dimensão operacional fragmentada e particular (Santos, 2019). Acontece que também dentro das plataformas digitais dominantes nos deparamos com movimentos de «*detox*» digital, de descolonização algorítmica, de empoderamento democrático, de ativismos de minorias, lutas ambientalistas, partilhas de experiências e informações importantes para o enriquecimento pessoal e coletivo (apesar de a maior parte do tráfego informacional ser mais canalizado em atitudes polarizadas e capturado em práticas de *engagement* iterativas, não podemos descurar aquelas dimensões interativas menos ruidosas, mas nem por isso cognitivamente e afetivamente menos relevantes).

Porém, embora louváveis e necessários, os movimentos que *online* tentam colmatar e suprir as invisibilidades e desigualdades políticas através de táticas pontuais e dispersas não chegam a desencadear processos coletivos capazes de desafiar e renegociar os eixos hegemónicos da ordem política, ou as *policies* das plataformas dominantes. Só quando tais movimentos (heterogéneos nas suas identidades, nas suas estruturas e nos seus estatutos) se organizam entre si e se reconhecem em causas comuns podem alavancar

para práticas sociais convergentes capazes de construir consensos sobre a necessidade de criar novas estruturas de mediação partilhada e assim proporcionar um cenário *instituinte* de novas regras do jogo (Esposito, 2021).

## Referências

- Amoore, L. (2020). *Cloud ethics*. Duke University Press
- Azar, M., Cox, G., & Impett, L. (2021). Introduction: Ways of machine seeing. *AI and Society*, 36, 1093–1104. <https://doi.org/10.1007/s00146-020-01124-6>
- Baldi, V. (2024). *Otimizados e desencontrados: Ética e crítica na Era da Inconsciência Artificial*. Edições Húmus.
- Barthes, R. (1957). *Mythologies*. Seuil
- Bauman, Z. (1999). *In search of politics*. Polity.
- Bucher, T. (2018). *If then: Algorithmic power and politics*. Oxford University Press.
- Citton, Y. (2022). Descontentamentos democráticos e mediarquia. *Electra Magazine* (19), 51–66.
- Cotter, K. (2019). Playing the visibility game: How digital influencers and algorithms negotiate influence on Instagram. *New Media & Society*, 21(4), 895–913. <https://doi.org/10.1177/1461444818815684>
- Couldry, N., & Mejias, U. A. (2019). *The costs of connection: How data is colonizing human life and appropriating it for capitalism*. Stanford University Press.
- Crawford, K. (2016). Can an algorithm be agonistic? Ten scenes from life in calculated publics. *Science, Technology, & Human Values* 41(1): 77–92. <https://doi.org/10.1177/0162243915589635>
- Crawford, K. (2021). *Atlas of AI: Power, politics, and the planetary costs of Artificial Intelligence*. Yale University Press.
- de Certeau, M. (1990). *L'invention du quotidien*. Gallimard.
- DiSalvo, C. (2012). *Adversarial design*. MIT Press.
- Dourish, P. (2016). Algorithms and their others: Algorithmic culture in context. *Big Data and Society*, 3(2).
- Empoli, G. (2023). *Os engenheiros do caos*. Gradiva.
- Esposito, R. (2021). *Istituzione*. Il Mulino
- Floridi, L. (2015). *The onlife manifesto*. Springer.
- Floridi, L. (2020). *Il verde e il blu: Idee ingenue per migliorare la politica*. Raffaello Cortina Edizioni.

- Galis, V., & Neumayer, C. (2016). Laying claim to social media by activists: A cyber-material *détournement*. *Social Media+Society*, 2(3).  
<https://doi.org/10.1177/2056305116664360>
- Gangneux, J. (2020). Tactical agency? Young people's (dis)engagement with WhatsApp and Facebook Messenger. *Convergence*, 27(2), 458–471.  
<https://doi.org/10.1177/1354856520918987>
- Gell, A. (1998). *Art and agency: An anthropological theory*. Clarendon Press.
- Habermas, J. (1992). *Between facts and norms: Contributions to a discourse theory of law and democracy*. MIT Press.
- Harari, Y. (2018). *21 lições para o século XXI*. Elsinore.
- Heemsbergen, L., Treré, E., & Pereira, G. (2022). Introduction to algorithmic antagonisms: Resistance, reconfiguration, and renaissance for computational life. *Media International Australia*, 183(1), 3–15.  
<https://doi.org/10.1177/1329878X221086042>
- Honneth, A. (1996). *The struggle for recognition: The moral grammar of social conflicts*. Polity.
- ie University. (2021-05-27). *IE University research reveals 1 in 2 Europeans want to replace national MPs with robots*. <https://www.ie.edu/university/news-events/news/ie-university-research-reveals-1-2-europeans-want-replace-national-mps-robots/>, acessado em 02-05-2023.
- Kant, T. (2020). *Making it personal: Algorithmic personalization, identity, and everyday life*. Oxford University Press
- Lavigne, S. (2021). *Zoom Escaper*. <https://zoomescaper.com>, acessado em 24-03-2024.
- Magalhães, J. C., & Couldry, N. (2021). Giving by taking away: Big Tech, data colonialism and the reconfiguration of social good. *International Journal of Communication*, 15, 343–362. <https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/15995>
- Maly, I. (2018-10-28). *Algorithmic populism and algorithmic activism*. DiggIt Magazine. <https://www.diggitmazine.com/articles/algorithmic-populism-activism>
- Maly, I. (2019). New right metapolitics and the algorithmic activism of Schild & Vrienden. *Social Media+Society*, 5(2).  
<https://doi.org/10.1177/205630511985670>
- Mouffe, C. (2005). *On the political*. Routledge.

- Mueller, G. (2021). *Breaking things at work: The Luddites are right about why you hate your job*. Verso.
- Noble, S. U. (2018). *Algorithms of oppression: How search engines reinforce racism*. NYU Press.
- Poell, T., Brooke, D. B., & Duffy, E. (2021). *Platforms and cultural production*. Polity.
- Santos, B. S. (2019). *Esquerdas de todo o mundo, uni-vos*. Almedina.
- Scholz, R. W. (1983) *Decision making under uncertainty: Cognitive decision research, social interaction, development and epistemology*. Elsevier.
- Seaver, N. (2017) Algorithms as culture: Some tactics for the ethnography of algorithmic systems. *Big Data & Society* 4(2).  
<https://doi.org/10.1177/2053951717738104>
- Sloterdijk, P. (2011). *Crítica da razão cínica*. Relógio D'Água.
- The Royal Society (2019). *Explainable AI: The basics*. Policy briefing.  
<https://royalsociety.org/-/media/policy/projects/explainable-ai/ai-and-interpretability-policy-briefing.pdf>
- Tufekci, Z. (2017). *Twitter and tear gas: The power and fragility of networked protest*. Yale University Press.
- van Dijck, J., Poell, T., & de Waal, M. (2018). *The platform society*. Oxford University Press.
- Velkova, J., & Kaun, A. (2019). Algorithmic resistance: Media practices and the politics of repair. *Information, Communication & Society*, 24(4), 523–540.  
<https://doi.org/10.1080/1369118X.2019.1657162>
- Vicente, P. N. (2023). *Os algoritmos e nós*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Virno, P. (2001). *A grammar of the multitude: For an analysis of contemporary forms of life*. Semiotext.
- Yang, G. (2016). Narrative agency in hashtag activism: The case of #blacklivesmatter. *Media and Communication*, 4(4), 13–17. <https://doi.org/10.17645/mac.v4i4.692>
- Zuboff, S. (2019). *The Age of Surveillance Capitalism: The fight for a human future at the new frontier of power*. Profile Books.